

## **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**Inquérito Civil nº 06.2019.00003982-6**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, e o **Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI)**, consórcio público de direito público inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu presidente, o Excelentíssimo Senhor Jean Michel Grundmann, nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00003982-6, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual nº 738/2019, e:

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput, da Constituição da República - CR);

**CONSIDERANDO** que compete ao Poder Público, no cumprimento desse dever, exigir, na forma da lei, o Licenciamento Ambiental para atividades efetiva ou potencialmente degradadoras do meio ambiente, bem como preservar os espaços especialmente protegidos (art. 225, §1º e incisos, da CR);

**CONSIDERANDO** que a Lei Complementar nº 140/2011 fixou normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora;

**CONSIDERANDO** que a Lei 6.938/81 (Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente) determinou a obrigatoriedade de prévio licenciamento ambiental para a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental (art. 10);

**CONSIDERANDO** que a mesma norma criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, constituído por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental (art. 6º);

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal nº 11.107/2005 prevê normas

gerais de contratação de consórcios públicos, fixando, em seu § 2º do artigo 6º (alterado pela Lei nº 13.822/2019) a obrigatoriedade da observação das normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho;

**CONSIDERANDO** que a Resolução nº 237/1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – estabeleceu a competência de licenciamento ambiental de cada ente federado, determinado ao órgão ambiental municipal, "ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio" (art. 6º);

**CONSIDERANDO** os critérios adotados pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina – CONSEMA – em sua Resolução nº 117/2017 para exercício do licenciamento ambiental municipal de atividades, obras e empreendimentos que causem ou possam causar impacto de âmbito local em todo o Estado de Santa Catarina;

**CONSIDERANDO** que, segundo a mencionada Resolução, para o exercício do licenciamento ambiental, o Município deverá contar com número mínimo de profissionais habilitados componentes do quadro técnico multidisciplinar, com capacidade para atender a demanda de licenciamento e fiscalização de atividades ou empreendimentos efetivos ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental local (Art. 6º);

**CONSIDERANDO** que, para efeitos de implementação do licenciamento ambiental municipal, fica estabelecida uma matriz de correlação entre os diferentes níveis de complexidade do licenciamento ambiental local e a quantidade mínima de profissionais do quadro técnico municipal habilitado, conforme Anexo I, conforme previsão do art. 7º da Resolução CONSEMA nº 117/2017;

**CONSIDERANDO** que o § 4º do artigo 7º da citada Resolução prevê que nos casos de consórcios intermunicipais, a quantidade mínima de profissionais habilitados deverá atender ao maior nível de complexidade dentre os municípios consorciados;

**CONSIDERANDO** que os seguintes municípios encontram-se consorciados junto ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI para que este consórcio lhes preste o apoio técnico e jurídico ambiental municipal, para prestação dos serviços públicos de assessoramento na gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e apoio a fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial ambiental das atividades de impacto local: APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ,

DOUTOR PEDRINHO, INDAIAL, LUIZ ALVES, MASSARANDUBA, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO e TIMBÓ;

**CONSIDERANDO** que o Ato nº 0792/2017/PGJ instituiu o Plano Geral de Atuação do Ministério Público de Santa Catarina, para o período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019 e que, dentre os objetivos está a fiscalização e o aperfeiçoamento, por intermédio da transparência e eficiência, das ações desenvolvidas pelos órgãos municipais e estaduais que atuam na área do meio ambiente;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público de Santa Catarina realizou, na data de 18/7/2018, juntamente com representantes do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina e do Conselho Estadual do Meio Ambiente, uma visita à sede do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí CIMVI para a realização de um diagnóstico do SISMUMA, resultando na elaboração do Relatório de Constatações nº 26/CME/2018; e

**CONSIDERANDO** as respostas apresentadas pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, através do seu Ofício nº 1158/2019, às inadequações apontadas pelo diagnóstico do SISMUMA acima mencionado;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

### **1. DO OBJETO:**

Este Termo de Ajustamento de Condutas visa a regularização das atividades de apoio técnico e jurídico ambiental municipal, realizadas pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, doravante apenas referido como **CIMVI**.

### **2. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:**

**Cláusula n. 1.** O **CIMVI** compromete-se a não extrapolar sua competência, restringindo suas atividades ao apoio técnico e jurídico aos órgãos ambientais de cada Município consorciado, respeitando suas competências exclusivas de licenciamento e fiscalização ambientais.

**Cláusula n. 2.** O **CIMVI**, no exercício do apoio técnico e jurídico aos órgãos ambientais de cada Município consorciado, compromete-se a:

**a)** não editar atos normativos (Resoluções e Portarias) acerca de licenciamento e fiscalização ambientais, visto que a competência normativa cabe a cada ente municipal consorciado;

**b)** não realizar atos administrativos de fiscalização diretamente, facultado o apoio técnico e jurídico aos fiscais municipais;

c) manter sob a responsabilidade dos órgãos municipais do meio ambiente a gestão dos Termos de Compromissos Ambientais decorrentes dos autos de infração ambientais lavrados.

**Cláusula n. 3.** O **CIMVI**, por seus gestores e servidores, compromete-se a não assinar as licenças ambientais, sendo esta competência exclusiva do representante designado no Município consorciado, detentor de cargo público.

**Cláusula n. 4.** O **CIMVI** compromete-se a proibir que seus gestores/administradores pratiquem atos específicos dos profissionais de nível superior que compõem o quadro técnico multidisciplinar de licenciamento (pareceres técnicos, relatórios de vistorias e laudos de constatação) e também orientar no mesmo sentido os representantes designados dos municípios consorciados que assinem as licenças ambientais, instituindo assim a separação de funções.

**Cláusula n. 5.** O **CIMVI** compromete-se a não emitir e não assinar licenças ambientais, vez que são atos exclusivos dos órgãos ambientais dos Municípios consorciados e de seus representantes designados.

**Cláusula n. 6.** O **CIMVI** compromete-se a manter a quantidade mínima de 5 (cinco) profissionais habilitados para o exercício de suas atividades, nos termos da Resolução Consema nº 117/2017, constituindo quadro técnico multidisciplinar com capacidade para análise técnica dos processos de licenciamento ambiental e orientação das atividades de fiscalização em apoio aos Municípios consorciados.

**§ 1º.** Tendo em vista que o **CIMVI** é consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, compromete-se a observar as normas de direito público no que concerne à admissão de pessoal, cujo vínculo será de emprego público regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mediante prévio concurso público.

**§ 2º.** Para regularização do vínculo de trabalho dos profissionais integrantes do quadro técnico multidisciplinar, o **CIMVI** compromete-se a realizar concurso público em até 120 (cento e vinte) dias para preenchimento até o final de março de 2020 dos cargos previamente criados por lei e ofertados no edital do concurso e que não sejam ocupados por agentes públicos concursados cedidos pelos Municípios consorciados.

**Cláusula n. 7.** O **CIMVI** compromete-se a constantemente orientar os Municípios consorciados acerca da natureza e finalidade do CIMVI-Ambiental como entidade de apoio técnico e jurídico ao órgão ambiental municipal, que deve preservar sua competência exclusiva para o licenciamento e fiscalização ambientais.

**Cláusula n. 8.** O **CIMVI** compromete-se a não firmar Termos de Compromisso Ambiental, Termos de Ajustamento de Condutas na área ambiental e a não recolher taxas e multas ambientais, vez que tais atividades são de competência exclusiva dos Municípios consorciados.

**Parágrafo único.** O **CIMVI** compromete-se a orientar os Municípios

consorciados a reverterem, direta e necessariamente:

**I** - os valores monetários arrecadados com os Termos de Compromisso Ambiental firmados pelos Municípios consorciados, devem ser revertidos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente respectivo;

**II** – os valores monetários arrecadados com medidas compensatórias e indenizatórias, além de multas pelo descumprimento de cláusulas estabelecidas em Termos de Ajustamento de Condutas firmados pelos Municípios consorciados, devem ser destinados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente respectivo;

**III** – os valores monetários arrecadados com as taxas ambientais de licenciamento e atividades correlatas, emitidas pelos Municípios consorciados, devem permanecer com estes;

**IV** – os valores monetários arrecadados com as multas dos autos de infração, emitidas pelos Municípios consorciados, devem ser destinados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente respectivo.

### **3. DO DESCUMPRIMENTO:**

**Cláusula n. 9.** Salvo prazos diversos previstos nas cláusulas acima, o **CIMVI** deverá comprovar o cumprimento dos compromissos assumidos neste Termo mediante o encaminhamento de documentos ao Ministério Público em até 90 (noventa) dias.

**Parágrafo único.** O não-cumprimento integral ou parcial das Cláusulas neste Termo previstas implicará a responsabilidade do **CIMVI** ao pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês de descumprimento, além da execução judicial das obrigações ora ajustadas;

**Cláusula n. 10.** A multa pecuniária deverá ser recolhida em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina (FRBL), instituído pela Lei n. 15.694/2011 e regulamentado pelo Decreto Estadual n. 808/2012, a ser paga através de boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça; e

**Cláusula n. 11.** A multa acima estipulada será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o **CIMVI** constituído em mora com o simples vencimento dos prazos fixados.

**Cláusula n. 12.** O presente Termo poderá ser protestado perante Cartório de Protesto de Títulos.

### **4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula n. 13.** O presente ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura.

**Cláusula n. 14.** Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos

do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

**Cláusula n. 15.** Fica, desde logo, o **CIMVI** cientificado de que este Inquérito Civil será arquivado em relação aos signatários, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o § 3º do artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e o artigo 48 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Blumenau, 20 de agosto de 2019.

**LEONARDO TODESCHINI**

Promotor de Justiça

**JEAN MICHEL GRUNDMANN**

Consórcio Intermunicipal do Médio  
Vale do Itajaí – CIMVI  
Presidente

Testemunhas:

**FERNANDO TOMASELLI**

Diretor Geral do CIMVI

**SANDRA REGINA BATISTA**

Gestora Ambiental do CIMVI